

SUMÁRIO

CAPÍTULO I ASPECTOS HISTÓRICOS

1.1	Considerações Iniciais.....	21
1.1.1	Conceito de Propriedade.....	26
1.1.2	Direito de Propriedade.....	26
1.1.3	Tributação das Propriedades Rural e Urbana	28
1.1.3.1	Características do ITR	32
1.1.3.2	Características do IPTU	34
1.1.4	Notificação do Sujeito Passivo.....	35
1.1.5	Inscrição em Dívida Ativa.....	39
1.2	Debate Ancestral: critério da localização X critério da destinação.....	46
1.3	Posição Doutrinária Brasileira	46

CAPÍTULO 2 CONSTITUIÇÕES FEDERAIS ANTERIORES E COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

2.1	Constituições Federais Anteriores.....	51
2.1.1	Constituição Federal de 1946.....	51
2.1.2	Constituição Federal de 1967 (Emenda Constitucional n. 1/69)	54

CAPÍTULO 3
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
(LEI n. 5.172/1966)

3.1	Abordagem Geral.....	57
3.2	Mudanças no Código Tributário Nacional.....	61

CAPÍTULO 4
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

4.1	Competências na Constituição.....	63
4.2	Dicotomia dos Tributos em “Vinculados” e “Não Vinculados”	66
4.3	Competências Tributárias da União e Municípios para ITR e IPTU	67
4.3.1	Competências da União	67
4.3.2	Competências do Município	68
4.3.2.1	Cobrança do ITR pela Secretaria da Receita Federal	72
4.3.3	Sigilo Fiscal	80
4.3.4	Quebra do Sigilo em Sede Administrativa.....	88
4.3.4.1	Medida Provisória n. 507/2010 e normativos da RFB	100
4.3.4.2	Medidas Cautelares contra repasse de dados à RFB	102
4.4	Exigência de Lei Complementar (art. 146 CF).....	104
4.4.1	Notícias das Adins 2.386, 2.389, 2.390, 2.397 e 2.406.....	104
4.4.2	O Código Tributário Nacional X inciso III, art. 146, CF/88.....	114
4.4.3	Receptividade e Incompatibilidade de Normas com a Constituição de 1988.....	115
4.5	Função Social da Propriedade Rural e a Política de Desenvolvimento Urbano ..	116
4.5.1	Cumprimento da Função Social no Meio Rural	118
4.5.2	Cumprimento da Função Social em Área Urbana	121
4.6	Elaboração do Plano Diretor	122

CAPÍTULO 5
CONCEITOS DE IMÓVEL RURAL, IMÓVEL URBANO E
REGRAS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

5.1	Conceitos de Imóvel Rural e Imóvel Urbano na Legislação Infraconstitucional .	127
5.1.1	Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964).....	128

5.2	Regulamentação do Estatuto da Terra.....	131
5.2.1	Decreto n. 55.891, de 1965	132
5.2.2	Decreto n. 59.428 de 1966	132
5.2.3	Lei n. 5.868, de 1972	133
5.2.3.1	Inconstitucionalidade do Art. 6º e Parágrafo Único da Lei n. 5.868/72	133
5.2.3.2	Inconstitucionalidade no Art. 12 da Lei n. 5.868/72.....	137
5.3	Lei n. 8.629, de 1993	140
5.4	Lei n. 8.847, de 1994	147
5.5	Lei n. 9.393, de 1996	147
5.6	Lei n. 10.406, de 2002 (Código Civil).....	148
5.7	Decreto n. 4.382, de 2002	149
5.8	Normalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.....	150
5.8.1	Instrução Normativa SRF n. 256, de 11 de dezembro de 2001.....	150

CAPÍTULO 6

UTILIZAÇÃO DE CONCEITOS DIFERENTES PARA OBJETOS IGUAIS

6.1	Necessidade de Observar Regras Mínimas.....	151
6.2	Condição Admitida pela Doutrina para Conceituação Desigual do Mesmo Instituto	152
6.3	Condições Harmônicas com os Princípios Constitucionais.....	153
6.4	Criação do Cadastro Rural	154
6.5	Modificações Legislativas sobre Imóvel Rural e Cadastro Rural.....	156
6.6	Mudanças na Lei de Registros Públicos	157
6.7	Alterações Legislativas no Sistema Nacional de Cadastro Rural	158

CAPÍTULO 7

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

X

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

7.1	Fixação de Normas Gerais	161
7.2	Conceito de Imóvel Rural e a Doutrina	167

7.3	Decisões do Poder Judiciário Envolvendo Conceito de Imóvel Rural	172
7.4	Escorço Necessário	180
7.5	Vantagens e Desvantagens do Critério da DESTINAÇÃO	182
7.5.1	Vantagem.....	183
7.5.2	Desvantagens	183
7.6	Vantagens e Desvantagens do Critério da LOCALIZAÇÃO.....	185
7.6.1	Vantagens	185
7.6.2	Desvantagens	185
	Conclusão	189

LEGISLAÇÃO

I – CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	205
II – LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL	209
2.1 LEIS COMPLEMENTARES	209
Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966	209
Lei Complementar n. 76, de 6 de julho de 1993.....	209
2.2 LEIS ORDINÁRIAS E DECRETOS-LEI	214
Decreto-Lei n. 57, de 18 de novembro de 1966.....	214
Decreto-Lei n. 1.166, de 15 de abril de 1971.....	216
Lei n. 5.868, de 12 de dezembro de 1972	219
Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973.....	222
Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979	222
Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991.....	226
Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993	229
Lei n. 10. 267, de 28 de agosto de 2001	238
Lei n. 11.250 de 27 de dezembro de 2006	242
2.3 MEDIDA PROVISÓRIA	243
Medida Provisória n. 2.183-56, de 24 de agosto de 2001	243
2.4 DECRETOS	245
Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980.....	245
Decreto n. 482, de 26 de março de 1992.....	252
Decreto n. 4.449, de 30 de outubro de 2002.....	253

ATOS REGULAMENTARES	258
2.5 MINISTÉRIO DA FAZENDA – MF	258
Portaria GAB/MF n. 49, de 1º de abril de 2004	258
Portaria n. 435, de 8 de setembro de 2011	259
2.5.1 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL – SRF/RFB.....	260
2.5.1.1 INSTRUÇÕES NORMATIVAS.....	160
Instrução Normativa Conjunta SRF/STN n. 1, de 25 de outubro de 2001	260
Instrução Normativa SRF n. 256, de 11 de dezembro de 2002	262
Anexo I – Tabelas de Municípios	286
Anexo II – Tabela de índices de rendimentos mínimos para produtos extrativos vegetais e florestais	328
2.5.1.2 Receita Federal do Brasil – RFB	328
Instrução normativa RFB n. 802, de 27 de dezembro de 2007.....	328
Instrução Normativa RFB n. 884, de 5 de novembro de 2008	329
2.5.1.3 PORTARIAS – SRF/RFB.....	336
Portaria SRF n. 580, de 12 de junho de 2001	336
Portaria RFB n. 2.344, de 24 de março de 2011	337
2.5.2 BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN.....	339
Circular n. 3.339, de 22 de dezembro de 2006	339
2.6 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	341
Portaria MDA n. 62, de 27 de março de 2001.....	341
Portaria MDA n. 37, de 21 de maio de 2004.....	342
2.7 RESOLUÇÃO DO CGITR	342
2.8 ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)	347
Portaria AGU n. 377, de 25 de agosto de 2011	347
Portaria AGU n. 449, de 22 de outubro de 2011	349
BIBLIOGRAFIA	351